

A C Ó R D Ã O SBDI1 RLL/ra

> AÇÃO DECLARATÓRIA. É incabível a ação declaratória se inexistente o interesse processual, definido como aquele em que parte se encontra em situação tal que, sem intervenção jurisdicional, ela viria ou continuaria a sofrer um dano. Empregado em atividade, que tem mera expectativa à complementação da aposennão necessita da declaração tadoria, da vontade concreta da judicial para conjurar dano atual - que existe - ou iminente, na medida em que pode não implementar a condição para aquisição do direito. Com efeito, pode ser despedido por justa causa ou faleantes do evento da aposentadoria. outro lado, não se pode falar em iminência de dano pois o direito pode vir a ser concedido, dispensada a ação declaratória ou a intervenção jurisdicional como instrumento indispensável à concretização do direito. Processo extinto sem apreciação do mérito. Prejudicados os demais tópicos discutidos.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos em Recurso de Revista, nº TST-E-RR-88.019/93.8, em que é Embargante BANCO REAL S/A e são Embargados ADEMAR DA COSTA E OUTROS.

Adoto o relatório do MM. Relator originário:

"A C. 2ª Turma deste Tribunal, por intermédio do v. acórdão de fls. 484/488, não conheceu do recurso de revista patronal quanto aos temas representação dos Reclamantes ausentes à audiência, prescrição e complementação de aposentadoria. Quanto à preliminar de carência de ação, conheceu do apelo e, no mérito, negou-lhe provimento, considerando a configuração do interesse de agir dos Reclamantes para o exercício da ação declaratória na qual buscam o reconhecimento do direito à complementação de aposentadoria.

Opostos embargos de declaração às fls. 490/497, tendo sido estes acolhidos nos termos do v. acórdão de fls. 511/514.

Às fls. 516/528 recorre de embargos o Reclamado para a C. SDI, com suporte no artigo 894, alínea "b", da CLT, argüindo, preliminarmente, nulidade do julgado por negativa de prestação jurisdicional, fundamentado em ofensa aos artigos 832 e 896 da CLT; 93, inciso IX, e 5°, incisos XXXV, LIV e LV, da Constituição Federal.

No mérito, aponta violação dos artigos 3º e 4º do CPC e, conseqüentemente, do artigo 896, alínea "c", da CLT, renovando a carência de ação em face

PROC. N° TST-E-RR-88.019/93.8

da impropriedade da ação declaratória. Aduz ainda que a decisão embargada divergiu dos arestos acostados.

Insurge-se também quanto ao não-conhecimento do recurso no tocante à prescrição e à complementação de aposentadoria, rebelando-se contra a aplicabilidade do Enunciado nº 296. Ressalta a incidência dos Enunciados nºs 294 e 97 e alega desrespeito aos artigos 896 e 468 da CLT; 6º, § 2º, da LICC e 1090 do Código Cívil, trazendo jurisprudência a confronto.

Admitidos os embargos pelo despacho de fl. 543.

Impugnação foi apresentada às fls. 545/551, tendo sido dispensada a remessa dos autos ao D. Ministério Público do Trabalho, a teor da Resolução Administrativa nº 322/96.

É o relatório."

VOTO

Impropriedade da ação declaratória.

Tenho como violados os artigos 3° e 4°, I, do CPC. O interesse processual a que se refere o artigo 3° do CPC é uma categoria jurídica com contornos definidos e não pode ficar à mercê de definições ou conceituações arbitrárias que lhe desnaturem a própria ontologia.

Assim é que Pontes de Miranda, em que se baseou a Turma para decidir, diz também:

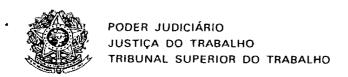
"Em princípio, a relação jurídica deve ser existente no momento em que se pede a declaração, ou há de ser negada em sua existência a esse momento. A relação jurídica futura, por ainda não estar composto o suporte fático do fato jurídico de que se irradiaria, não pode desde já ser declarada. Exemplo tem-se na herança de pessoa viva, porque só se pode falar, aí, de herança em termos do mundo fático e linguagem vulgar, - não há herança de quem ainda não morreu. Se alguma relação jurídica já está determinada e a relação jurídica, que se quer declarada, é efeito dela, só dependente de acontecimento incerto ou certo, a declaração dessa é declaração daquela em sua irradiação no tempo.

Se já se iniciou a formação da relação jurídica, não mais é futura, no sentido de não ser ainda declarável.

Quanto à relação jurídica já não existente, pode haver interesse em que se declare ainda que não mais exista ação que dela haja resultado (sem razão, A. SCHÖNKE, *Lehrbuch*, 7^a ed., 173)".

Sobre a invalidade de cláusulas de um negócio jurídico - que, parece, foi o verdadeiro objeto da ação declaratória ao pleitear a nulidade da alteração regulamentar introduzida -, diz o mesmo Pontes de Miranda:

"Tão-pouco é de admitir-se ação declaratória para dizer-se se é válido ou não um contrato, se é nulo ou anulável, ou se é válido ou não, nulo ou anulável negócio jurídico ou ato jurídico *stricto sensu*. A 3ª Câmara Civil do Tribunal de Apelação de São Paulo, a 17 de julho de 1946 (R. dos T., 263, 757), conheceu de ação para dizer se era válida, ou não, determinada cláusula contratual.



PROC. N° TST-E-RR-88.019/93.8

mas tal atitude aberra dos princípios: a ação concernente à invalidade é ação constitutiva negativa, em que se postula ser nulo ou anulável o ato jurídico, e não se confunde de modo nenhum com a ação declaratória. Quem desconstitui não declara, desfaz. Declara-se a existência da relação jurídica ou de sua eficácia. As ações declaratórias são ações no plano da existência ou da eficácia. As ações constitutivas negativas por invalidade supõem questão do plano da validade".

Em obra específica sobre a ação declaratória, asseværa Adroaldo Furtado Fabrício:

> "O interesse de agir, processual, decorre de encontrar-se a parte em situação tal que, sem intervenção jurisdicional, ela viria ou continuaria a sofrer um dano".

E mais adiante aduz:

"Em verdade, o exercício da ação declarativa, como o de outra qualquer, não prescinde do interesse de agir, interesse na obtenção da prestação jurisdicional que "decorre de uma situação de fato tal que o autor, sem a declaração judicial da vontade concreta da lei, sofreria um dano injusto, de modo que a declaração judicial se apresenta como o meio necessário para evitá-lo"."

E arremata:

"Foi brilhantemente demonstrado que as condições a que certos setores da doutrina e da jurisprudência pretenderam submeter a verificação do interesse na ação declaratória (incerteza objetiva, possibilidade de dano e aptidão da sentença para evitá-lo) aplicam-se, realmente, a qualquer ação, nada tendo de específicas".

Coroando todas as lições doutrinárias dos mestres, o autor da obra discute situação que é símile à dos autos:

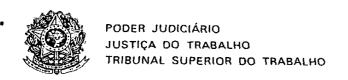
"Já se vê que não aceitamos a idéia corrente de que a inviabilidade da ação de cobrança de dívida ainda não exigível fundamenta-se em ausência de interesse processual. O que falta aí é a primeira condição da ação, e não aquela outra: ainda não existe, no momento dado, vontade concreta da lei no sentido do que o autor pede. O requisito do interesse deve ser sempre e somente referido à necessidade da prestação jurisdicional e a aptidão desta para evitar ou reparar o dano injusto".

Não se pode dizer que houve interpretação razoável do texto legal. Como se disse no início, trata-se de categoria jurídica definida, desenhada e redesenhada pela doutrina.

Conheço por violação.

MÉRITO

Tendo concluído pelo descabimento da ação declaratoria na hipótese presente por falta de interesse processual, a



PROC. N° TST-E-RR-88.019/93.8

consequência é a extinção do processo sem julgamento do mérito na forma do artigo 267, VI, do CPC, ficando prejudicado o exame dos tópicos prescrição e complementação de aposentadoria.

ISTO POSTO

ACORDAM os Ministros da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho, I - Por unanimidade, não conhecer dos embargos quanto à preliminar de nulidade; II - Por maioria, conhecer dos embargos quanto ao tema Impropriedade da Ação Declaratória, por violação dos artigos 3° e 4°, inciso I, do CFC, vencido o Excelentíssimo Senhor Ministro Leonaldo Silva, Relator, e, por unanimidade, dar-lhes provimento para julgar extinto o processo sem julgamento do mérito, ficando, via de conseqüência, prejudicado o exame dos tópicos Prescrição e Complementação de Aposentadoria.

Brasília, 11 de maio de 1998

VANTUIL ABDALA

Ministro no exercício eventual da Presidência

RONALDO LEAL

Redator Designado